



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SMDS
MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA

Nº. 25/2025

(Plenária Virtual)

Aos treze dias do mês de agosto de dois mil e vinte cinco, às quatorze horas, reuniram-se para Assembleia Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Porto Alegre, virtualmente, via Plataforma Google Meet, sob a coordenação da Presidente **CAROLINA AGUIRRE DA SILVA** e vice-Presidente **PAULO FRANCISCO DA SILVA**, e na presença dos:

CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL:

Carolina Aguirre da Silva, **Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio);**

Carolina Fraga, **Associação Cristã de Moços – ACM;**

Eduarda Roos Enes, **Casa de Saúde Menino Jesus de Praga;**

Francyne da Rosa, **CEMME;**

Frei Luciano Elias Bruxel, **Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA;**

Ivana Frois, **Comunidade Evangélica de Porto Alegre – CEPA;**

João Batista Machado da Rocha, **Fundação O Pão dos Pobres;**

Luciane Escouto, **Instituto Leonardo Murialdo;**

Luiz Alberto Mincarone, **Associação Beneficente Amurt-Amurtel;**

Natália Laurindo, **AHMI;**

Priscila Balestrin, **Parceiros Voluntários;**

Rosana Fernandes Nunes, **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Porto Alegre, APAE/Porto Alegre;**

Rose Ceroni Canabarro, **Associação de Apoio ao Fórum Municipal da Criança e do Adolescente de Porto Alegre – ASAFOM.**

CONSELHEIROS DO GOVERNO:

Edemar Sanagotto, **Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Humano – SMIDH;**

Guilherme Fagner da Silva Pereira, **Secretaria Municipal de Governança Cidadã e Desenvolvimento Rural – SMGOV;**

Neiva Chaves, **Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS;**

Nicolas Vaz, **Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude – SMEL;**

Rotechild Prestes, **Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Humano – SMIDH;**

Sônia Rejane dos Santos Vieira e Deise Nunes, **Secretaria Municipal da Fazenda – SMF.**

DEMAIS PRESENTES:

Luciana Tietbohl, **Administrativo SMIDH;**

Patrícia Costa, **Taquígrafa – TG Taquigrafia.**

PAUTA:

1. Abertura;

2. Comissões: Comissão Executiva, Comissão de Registros, Comissão de Políticas e Comissão de Finanças;

3. Informes.

Após a conferência de quórum foram abertos os trabalhos:

1. ABERTURA;

Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA: Temos quórum, gente. Vamos iniciar. Boa tarde. Vamos iniciar mais uma plenária. Então, só para a gente ter alguns retornos, tá? Hoje eu entrei em contato com a Procuradora Cristiana Catarina, para poder ter uma análise do nosso processo sobre o edital do acolhimento em saúde mental. Então, ela ficou de organizar para que ainda essa semana a gente consiga publicar o edital. Aí, ela vai estar analisando para a gente poder publicar essa semana ainda. Outra questão também, hoje à tarde nós temos uma visita na sede do que vai ser o CMDCA. E na última reunião que a gente teve com o secretário, o Gustavo também compartilhou com nós a planta lá do prédio. Daí eu até compartilhei ali com o pessoal da executiva a planta, o Mincarone já fez alguns apontamentos, porque ele é engenheiro, né? E aí, então, já aproveitamos o conhecimento dele para isso também. Tá? Então, a gente já compartilhou e hoje à tarde eles vão estar lá organizando e olhando um pouquinho mais para a gente poder logo se mudar para lá. Outra questão também é o edital do Cedica, que saiu os retornos direitinho ali, de quem, as instituições que foram aprovadas. E foram bastante instituições de Porto Alegre. Olhei toda a listagem, acho que ficou bem legal, assim, bastante instituições. Também já agendei para segunda-feira, às 10:00, a reunião com a SMAS. Eles, às 10:00, para que a gente possa estar vendo a o per capita das instituições e fazer da forma que a gente já tinha acertado e combinado aqui também, tá? E,

mais um retorno, é que veio, saiu, na verdade, a listagem das instituições da educação integral. Vou compartilhar aqui rapidinho, tá? Assim, então, das instituições que a gente fez um levantamento das instituições que têm registro no CMDCA e das instituições que não têm. Aí a Associação de Moradores da Vila Jardim Europa não tem registro. A Associação Social Murialdo, a gente não encontrou pelo CNPJ que estava na divulgação da listagem. Clube de Pais e Mães Terra Encantada não tem registro também no conselho. Fora da Asa, Experiências Plurais, também não tem registro no conselho. Instituição de Amigos Jardim Europa também não possui registro no conselho. Centro Social Aparecida Restinga também não possui registro no conselho. E aí depois eu acho que tem outra listagem anterior a essa daqui que daí não está aqui. Essa aqui foi a última listagem, tá? Então, vou pegar depois a última as outras listagens, na verdade, para a gente poder fazer também a conferência. E aí a gente organizar para a gente poder mandar um ofício para a SMED para que essa documentação de registro seja solicitada para parcerias, tá? Da minha parte, gente, é isso. Ah, não, tem mais um. A reunião, na verdade, com o CMAS e o GT de migração, vamos dizer, dos centros de convivência para a educação integral, ele vai ser na terça-feira, às 14:00, lá na sede do Fórum, Duque de Caxias, 805, tá? E aí a gente vai estar enviando já o ofício, porque eu não tinha enviado, que a gente não tinha fechado as datas ainda, tá? Que mais que eu ia dizer? Eu acho que a gente pode ir para as comissões já, mas eu só queria trazer para vocês sobre o que nós conversamos na semana passada, das instituições que têm registro e que não fizeram recadastramento ainda, tá? De acordo com o que a Lu trouxe para nós, nós tínhamos ali mais ou menos umas 600 instituições. E até, então, nós tínhamos feito o registro de perto de 300. Então, são mais ou menos umas 300 instituições que ainda não fizeram o recadastramento. E aí eu trago para a gente poder pensar. Tá? Ver qual é a nossa saída, sugestão, e aí a gente vai ter que pensar um pouquinho melhor, tá? Podemos ir para as comissões? Quem é o primeiro? Finanças? Pode ser?

- COMISSÃO DE FINANÇAS:

Priscila Balestrin, Parceiros Voluntários: Na verdade, a gente não tem nenhum processo para passar hoje, somente comunicar que a gente fez atendimento da Fundação Projeto Pescar para orientação de ajustes no projeto, que daí eles vão encaminhar para a gente passar na próxima plenária. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** OK. Políticas?

- COMISSÃO DE POLÍTICAS:

193 **Natália Laurindo, AHMI:** A gente fez reunião hoje junto com a com a Finanças do Projeto
 194 Pescar. A gente também fez reunião com o Esporte & Vida para dar o encaminhamento,
 195 também não precisa passar na plenária. Para dar encaminhamento, não, para dar os pontos, né,
 196 que precisavam melhorar no projeto. E a gente fez uma reunião com a OSC de Inteligência
 197 Artificial, que era sobre o projeto que eles enviaram, né? Eu até vou ler o SEI aqui:
 198 25.0.000.0069955-1. E a gente já deixou o despacho pronto, referente ao indeferimento do
 199 projeto que eles nos enviaram, que era um software de inteligência artificial para os hospitais
 200 aqui do município que atendiam o SUS e também os que não atendiam, enfim, era um
 201 software que ia envolver também criança, adolescente, adulto e idoso. Então, a gente fez uma
 202 reunião junto com a Finanças, com Registros, e aí a gente orientou eles, né, como que eles
 203 poderiam proceder com esse projeto. Então, a gente deu o indeferido. **Carolina Aguirre da**
 204 **Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) –**
 205 **Presidente do CMDCA:** OK. Então, vamos para registro? Comissão de Registro, quem
 206 começa?

207 - **COMISSÃO DE REGISTROS:**

208 **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** A
 209 **ASSOCIAÇÃO PREPARAÇÃO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE PARA A VIDA,**
 210 **PRECAVI,** que é a Casa Madre Giovana. Esse é modalidade atendimento direto, com serviço
 211 de convivência de 6 aos 14 anos, tá OK. O próximo é o **MOVIMENTO PELOS DIREITOS**
 212 **DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, MDCA.** Tá OK, e também os seus serviços e
 213 projetos. O próximo é **ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL CHEIRINHO DE MÃE,**
 214 né? Então, é atendimento, modalidade atendimento direto com o programa de educação
 215 infantil. E o outro é a **ASSOCIAÇÃO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA,**
 216 **INTEGRAR.** Este é da modalidade direto com o programa de aprendizagem profissional.
 217 Outros, seguem. **Francyne da Rosa, CEMME:** Vou passar ali os próximos, então. É Instituto
 218 Pró-Saúde, cadastramento. Esse Instituto Pró-Saúde eu vou deixar por último, que é, na
 219 verdade, é uma discussão. Esse não é de cadastramento, mas a gente precisa decidir uma
 220 questão sobre essa OSC. Daí os que estão aprovados ali para o cadastramento:
 221 **ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE ESCOLINHA URSINHOS CARINHOSOS;**
 222 **ASSOCIAÇÃO COLETIVO AUTÔNOMO MORRO DA CRUZ; ASSOCIAÇÃO DOS**
 223 **AMIGOS APOIADORES DA VILA; ASSOCIAÇÃO CENTRO DE ATENDIMENTO**
 224 **NEUROPSICOSSOCIAL; CENTRO DE PROMOÇÃO DA CRIANÇA E DO**

225 **ADOLESCENTE SÃO FRANCISCO DE ASSIS;** e CRECHE RENASCER DA VILA
226 AMÉRICA. Todos esses estão com parecer favorável ali ao cadastramento, com toda a
227 documentação enviada. Sobre a questão ali da OSC Instituto... **Carolina Aguirre da Silva,**
228 **Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente**
229 **do CMDCA:** Fran, só um pouquinho. Espera aí, vamos votar, então, primeiro que daí a gente
230 vai depois para essa. Tem mais algum outro processo, além, para votação? Não? Então, vamos
231 só votar, gente, esses processos de atestado de funcionamento. Quem é favorável, por favor,
232 levantar a mão. Alguma abstenção? Alguém contra? Não? **APROVADO POR**
233 **UNANIMIDADE.** Por favor, Fran. **Francyne da Rosa, CEMME:** Desculpa atropelar.
234 Então, o **INSTITUTO PRÓ-REDE** solicita o cadastramento, enviou a documentação.
235 Contudo, ela tinha o atestado de funcionamento, o último que foi emitido com validade 2024,
236 não teve atestado emitido 2025. Nesses casos, a gente tinha orientado as OSCs a fazerem a
237 reativação do registro e não o cadastramento, porque estaria de forma irregular por esse
238 período de 2025. O que acontece? Essa OSC fez uma justificativa com algumas citações das
239 resoluções. Eu busquei, junto com a Comissão de Registros e a Lu, da secretaria, a Resolução
240 124/2024, que foi em outubro, que falava da prorrogação do atestado de funcionamento para
241 2025. Só que na resolução não diz que a OSC deveria enviar e-mail, solicitar esse atestado de
242 funcionamento prorrogado. E aí a gente fica nessa dúvida, nesse momento, porque na prática,
243 só foi emitido os atestados de funcionamento 2025 para as OSCs que encaminharam o e-mail
244 e solicitaram. Aquelas que não, ficaram com o atestado de 2024. Então, neste caso, a gente já
245 encaminhou várias OSCs para a reativação do registro, já fizemos esse procedimento algumas
246 vezes do cadastramento, mas mediante essa justificativa e a gente não ter por escrito a
247 questão do e-mail, mas ter realizado desta forma, por e-mail, é para a gente decidir isso, se
248 essa OSC vai ser considerado que ela não estava irregular por esse motivo. Não sei se eu me
249 fiz clara. **Luciane Escouto, Instituto Leonardo Murialdo:** Oi, eu queria só lembrar: a
250 gente fez a resolução e o Fórum também tinha sido comunicado. A gente não falou nas
251 reuniões do Fórum sobre isso? Que eu me lembre, a gente tinha tirado para falar. Foi, Carol,
252 comunicado nas reuniões do Fórum esse procedimento? **Carolina Aguirre da Silva, Centro**
253 **de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do**
254 **CMDCA:** Foi falado em todas as reuniões. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da**
255 **Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** Isso. Na verdade, o que a gente comunicou no
256 Fórum, até verbalmente, está gravado, e só bastava a OSC enviar um e-mail solicitando a

257 prorrogação. Isso foi bem claro informado lá, então quem participa do Fórum tem essa
258 informação e também em outros e-mails, acho que nos informativos do Fórum que ele manda
259 para as OSCs, então fala para a prorrogação. Então, se não procurou. **Luciane Escouto,**
260 **Instituto Leonardo Murialdo:** É por isso que eu penso que não tem pertinência esse pedido
261 da instituição. **Eduarda Roos Enes, Casa de Saúde Menino Jesus de Praga:** Pessoal, eu
262 entendo que nós reforçamos verbalmente em mais de uma ocasião, foram várias vezes que nós
263 orientamos o pedido do e-mail, mas lendo o texto da resolução, que é o que realmente vale e
264 foi publicado no Dopa, o texto está genérico. Que o conselho resolve aprovar a prorrogação de
265 31/12/2024 para até 30/06/2025, ponto. Não fala nenhuma ação que a OSC precise fazer na
266 resolução. Por mais que a gente tenha orientado, falando nas plenárias e no Fórum, a
267 resolução entendo que supera esses comunicados que, bem dizer, foram informais. Então,
268 acho que seria um complicador a gente travar a renovação dessa OSC por uma reativação de
269 registro, sendo que eles argumentaram com base em um documento oficial. **Carolina Aguirre**
270 **da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) –**
271 **Presidente do CMDCA:** A minha questão é, realmente a resolução ficou bem genérica, e aí
272 depois a gente acabou fazendo o fluxo de forma orientada, vamos dizer assim. Mas o que me
273 preocupa é qual foi a orientação ou como que a gente fez com as outras instituições que
274 também tiveram essa mesma interpretação? Eu sou muito de que se a gente fez para uma, a
275 gente faz para todas. Então, qual foi a orientação que a gente deu? A gente mandou refazer
276 pelo SEI ou a gente aceitou depois? Só para eu poder entender. **Eduarda Roos Enes, Casa de**
277 **Saúde Menino Jesus de Praga:** É que eu acho que nós mesmos, enquanto conselheiros,
278 enquanto comissão, não havíamos nos dado conta que o texto da resolução estava tão
279 genérico. Talvez essas outras que a gente tenha orientado a fazer a reativação pela Resolução
280 100 tenham sido casos parecidos, de que elas, na época, entenderam que era automático. Mas
281 como elas não nos explicaram ou não trouxeram ao nosso conhecimento que foi um mal-
282 entendido, a gente orientou a fazer pela 100. Mas eu concordo, Carol, se nós tomarmos essa
283 decisão hoje, com base em acatarmos que foi um mal-entendido, não foi compreendido na
284 época e nós, de fato, não temos como nos defender pelo que está escrito na resolução, talvez
285 seja de rever as outras decisões também. Minha opinião. **Carolina Aguirre da Silva, Centro**
286 **de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do**
287 **CMDCA:** E leva além. Leva além porque nós estamos com algumas instituições, que eu
288 trouxe no início, cerca de 300 instituições que não fizeram recadastramento. Aí a gente tem

289 que dar uma olhada nessa resolução agora que a gente fez, porque também ali está claro de
290 que quem não fez no prazo, depois tem que seguir a 100? Sinceramente, não recordo o texto.
291 Então, eu acho que são algumas questões que a gente vai ter que começar a clarear. Uma
292 questão é, ou a gente realmente deixa essas resoluções mais abertas e depois a gente faz o
293 fluxo, ou a gente tenta fechar mais as resoluções para não ter interpretações, e sempre vai ter,
294 mas para não ter tantas interpretações. Não sei, pessoal. Paulinho? **Paulo Francisco da Silva,**
295 **Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** Na verdade, uma ou duas
296 instituições que não pediram prorrogação de dezembro de 2024 para junho de 2025, algumas,
297 eu creio que foi mandado para reativação. Esta enviou a justificativa, os parágrafos da
298 resolução que a Eduarda citou aí, que não diz nada de mandar e-mail, etc. Essa solicitou
299 justificativa. Então, a comissão ou a plenária pode acolher ou não. Neste caso, outros casos
300 que não fizeram e não mandaram justificativa, aí sim, aí vai para a reativação, não fizeram e
301 nem justificaram. **Luciane Escouto, Instituto Leonardo Murialdo:** Eu penso que tem duas
302 situações. A gente está falando em resolução e está falando em resolução genérica. Acho que
303 as nossas resoluções, se a gente não coloca o procedimento, ela é um padrão. É uma resolução
304 falando de um período. O que a gente poderia ter colocado era um anexo falando das
305 informações. Então, para mim, ela não está genérica, ela está como deveria ser uma resolução,
306 mas não tem os procedimentos, que daí é a continuidade da resolução, são as orientações.
307 Acho que é a primeira coisa. A segunda coisa são os prazos que a gente tem. A gente poderia
308 ter colocado os prazos e deixado mais descrito. É uma coisa que a gente poderia ter feito.
309 Agora, o que me preocupa é que todos os anos têm que ter as renovações, os serviços, os
310 programas, e daí as instituições não saberem que tem esse procedimento, isso me preocupa.
311 Daí sim, acho que é uma falha, sim, enquanto conselho, enquanto Fórum, e que daí isso a
312 gente pode rever. A minha única preocupação é: a gente vai realmente desconsiderar isso e daí
313 as outras instituições, ou então estender um prazo, fazer uma resolução e estender o prazo.
314 Talvez seja isso. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro**
315 **da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Olha só, a Eduarda botou ali o
316 texto da Resolução 124, dessa que prorrogou até 31/06/2025. Realmente ela está bem ampla.
317 E aí eu estava pensando, para mim, sinceramente, travar é para aquelas instituições que estão
318 lá desde 2013, 2016, que a gente já teve casos que não tinham documentação nenhuma
319 atualizada. Essas instituições que acabaram se atrapalhando, vamos dizer assim, agora em
320 2024, 2025, acho que ainda não é tão problema, sabe? Mas, principalmente porque a gente

321 deixou brecha. Mas não sei, aí é com vocês. Mas eu já queria ver a outra resolução, a que a
 322 gente fez agora do cadastramento, para a gente já fazer uma coisa só também. **Eduarda**
 323 **Roos Enes, Casa de Saúde Menino Jesus de Praga:** Não, mas eu procuro aqui. **Carolina**
 324 **Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc**
 325 **(Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Luciane, da secretaria ali, tu me fala certinho quantas
 326 instituições a gente tinha e quantas fizeram cadastramento? **Paulo Francisco da Silva,**
 327 **Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** Eu acho que a gente poderia
 328 fazer um espelhamento com as cadastradas no Fórum. Às vezes, a nossa listagem tem muitas
 329 instituições que nem estão aí mais. Acho que o Fórum está mais atualizado. Então, se a gente
 330 pegar essa e espelhar com a do Fórum, acho que vai dar mais certo. **Carolina Aguirre da**
 331 **Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) –**
 332 **Presidente do CMDCA:** Acho que pode ser também. A gente vai ter que começar a bater
 333 para poder ver essas instituições, porque eu estava vendo, uma das questões que agora está em
 334 alta é o artigo do ECA onde fala de que as instituições, para iniciar o atendimento, têm que ter
 335 o registro no CMDCA. E aí, com isso, a gente vai ter que rever todas as nossas instituições. E
 336 ali ainda diz que, após o registro, o conselho deve informar ao Ministério Público, ao CT, e a
 337 sei lá quem mais. Então, é uma série de órgãos em que o conselho tem que informar, coisa que
 338 a gente também acaba não fazendo no dia a dia, e eu acho que agora cabe a gente reorganizar
 339 e informar. **Eduarda Roos Enes, Casa de Saúde Menino Jesus de Praga:** Carol, só para eu
 340 confirmar, tu quer a resolução da prorrogação do prazo ou a primeira, convocando o
 341 cadastramento? **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro**
 342 **da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** É essa que tu botou aqui. A
 343 47/2025, é isso. Aqui, no artigo 5º: A OSC que tiver seu registro suspenso, nos termos do
 344 artigo 3º desta resolução, deverá solicitar a reativação do registro de acordo com a Resolução
 345 100. Essa está correta, então, porque a gente já colocou lá que, realmente, a OSC que não fez
 346 no período vai para a Resolução 100. Aí está tranquilo, não tem brecha. Agora, a outra,
 347 realmente, a gente deixou brecha. Gente, eu vou encaminhar a votação, mas eu acho que não
 348 tem por que a gente não liberar esse atestado tranquilamente, se a documentação está OK.
 349 Mas eu vou colocar, qual é o parecer da comissão, só para eu botar em votação? **Eduarda**
 350 **Roos Enes, Casa de Saúde Menino Jesus de Praga:** É que eu acho que a gente não chegou a
 351 um acordo, a gente trouxe para a plenária. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da**
 352 **Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** É que foi trazido para discutir na plenária. **Neiva**

353 **Chaves, Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS:** É que a gente trouxe para
354 discutir na plenária, a gente não tem uma, sei lá, uma orientação. **Carolina Aguirre da Silva,**
355 **Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente**
356 **do CMDCA:** Então, vamos colocar, ou sim ou não. Quem é favorável a dar o atestado de
357 funcionamento para a instituição, de acordo com as brechas em que a gente acabou fazendo a
358 resolução, e quem é não favorável e quer manter o que está na resolução? Acho que é mais ou
359 menos isso. Em votação, quem é favorável a fornecer o atestado de funcionamento para a
360 instituição, por favor, levantar a mão: 11 votos. Podem baixar. Quem é contra a fornecer, por
361 favor: 01 voto. Alguma abstenção? Uma abstenção. Então, **APROVADO.** Mincarone, por
362 favor. **Luiz Alberto Mincarone, Associação Beneficente Amurt-Amurtel:** Carol, então, eu
363 estava pensando o seguinte: tem muitas prestações de contas que a gente manda para o
364 governo que são aprovadas e outras que são aprovadas com ressalva. Eu acho que nesses
365 casos, aqueles que fogem estritamente da resolução, mas que a gente acha que todo mundo
366 merece uma segunda chance, mas aí bota "aprovado com ressalva". Ressalva significa que
367 apresentou atrasada a documentação. É uma sugestão que talvez a gente possa pensar para o
368 futuro. Por outro lado, eu queria só fazer um comentário, que eu sei que é meio polêmico, que
369 é a questão seguinte: a inscrição no CMDCA, ela é prévia à atuação da entidade ou a inscrição
370 no CMDCA é posterior ao início da execução de serviço? Porque se é feita uma verificação in
371 loco, se ela está funcionando bem, ela seria *a posteriori*. Mas também, por outro lado, se fala
372 que ela teria que ser feita com anterioridade. Eu acho que isso é uma coisa que tem que
373 esclarecer, porque também deixa as entidades, principalmente as novas, meio confusas. E a
374 outra coisa que eu queria colocar é o seguinte, se não é o caso da gente fazer uma mobilização
375 junto à SMAS e à SMED que nos editais conste a apresentação da autorização de
376 funcionamento em dia do CMDCA. Porque pelo que a gente tem visto da SMED, tanto nesse
377 edital aí de credenciamento que tanto no termo de fomento da Alicerce, é que não é pedido o
378 certificado. Então, muitas entidades vão acabar deixando de lado porque elas não, vamos dizer
379 assim, aquelas que não têm uma consciência maior vão dizer: "O que é que eu vou ganhar se
380 eu me cadastrar lá no CMDCA?". Então, são coisas assim que eu acho que tem duas, três
381 questões que a gente também tem que enfrentar com um debate mais profundo para chegar a
382 alguma conclusão. **Rose Ceroni Canabarro, Associação de Apoio ao Fórum Municipal da**
383 **Criança e do Adolescente de Porto Alegre – ASAFOM:** Oi, Carol. Olha só, o Mincarone
384 estava junto conosco, tu também estava junto conosco na reunião que foi discutido o edital da

385 educação integral, tá? E nós pedimos que fosse colocado no edital, inscrição, registro e
386 inscrição no CMDCA, conforme o artigo do ECA. Eu acredito que a secretaria não fez essa
387 observação, porque nós estávamos em reunião com o Mincarone. Nós tínhamos todo o edital e
388 solicitamos que a SMED colocasse a questão do registro. Então, assim, não foi o CMDCA
389 que negligenciou nesse momento, foi a própria secretaria, que não observou o que o conselho
390 solicitou. **Luiz Alberto Mincarone, Associação Beneficente Amurt-Amurtel:** Mas, na
391 verdade, a SMED em nenhum dos últimos editais de credenciamento que teve, desde aquele
392 de 2023, ela nunca exigiu. Então, eu acho que a gente tem que saber, até teria que saber do
393 ponto de vista jurídico, legal, se é uma obrigatoriedade ou não. Porque, se é uma
394 obrigatoriedade, a gente tem que cobrar da SMED, da SMAS, a inclusão disso nos editais. Se
395 não é uma obrigatoriedade, a gente poderia fazer um trabalho de persuasão para que eles
396 colocassem, no sentido de facilitar até a revisão da documentação, porque tendo a inscrição no
397 CMDCA, se sabe que a entidade está atualizada, entre aspas. **Rose Ceroni Canabarro,**
398 **Associação de Apoio ao Fórum Municipal da Criança e do Adolescente de Porto Alegre**
399 **– ASAFOM:** O próprio MROSC diz que tem que conversar com os seus conselhos. Então, a
400 gente, e a gente apontou que deveria estar conforme a, o conselho, até porque nós estávamos,
401 nós fizemos o Plano de Convivência Familiar Comunitária, está no plano decenal os
402 programas que esse conselho faz o controle social. Então, assim, o, eu me lembro muito bem
403 que nós solicitamos, o Everton estava representando o CMDCA. Foi pedido, Mincarone,
404 agora não foi respeitado, aí é outra história. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de**
405 **Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do**
406 **CMDCA:** Eu acho bem válida essa fala, porque agora a pouquinho, a Zero Hora entrou em
407 contato comigo para a gente poder fazer uma reportagem sobre esse tema, tá? E aí eles
408 querem saber se nós, enquanto conselho, vamos acionar o Ministério Público, Tribunal de
409 Contas, ou qual é o procedimento que a gente vai fazer em relação à Instituição Alicerce. Ah,
410 aí eu vou trazer a minha opinião para vocês, porque eu acho que a gente tem que conversar
411 um pouquinho sobre isso. A minha preocupação básica é de que a gente acabe, sendo mal
412 interpretado, porque a gente acaba, aí até agora eu tô pedindo para eu envolver uma
413 reportagem do secretário, ali para a gente poder compreender o que ele está querendo dizer.
414 Ah, a gente não está indo contra a instituição, a gente não está indo contra o serviço, a gente
415 não está indo contra a nada dessas questões, tá? Eu acho que o que o conselho, enquanto
416 conselho, tem que afirmar é garantir o artigo 91. Ponto. Agora eu tô aguardando aqui. É que a

417 gente tem que garantir o artigo 91 do ECA, né, que é onde nos fundamenta e é o que nos dá a
 418 base. Tanto o Frei quanto o Mincarone estão trazendo sempre a questão de que a gente,
 419 realmente, acaba trazendo um pouco diferente do que está no ECA, né, quando a gente faz a
 420 visita após o atendimento estar funcionando, a instituição funcionando. No ECA diz
 421 exatamente antes de atender. Então, ali está, para que a instituição possa atender, tem que
 422 estar registrada no conselho, tá? E aí, depois é que a instituição começa a atender. Então, ela
 423 está pensando, tem que ter o registro. Ah, e isso eu acho que é o que a gente acaba, vai ter que
 424 bater, tá? E isso, para mim, não é uma questão de convencimento, para mim é uma questão de
 425 lei. E a lei, independente se ela é a 3019, ou se ela é o ECA, ela tem que ser cumprida,
 426 principalmente na questão quando a gente trabalha com crianças e adolescentes, né? E não é
 427 uma ideia de "ai, vai barrar" ou "vai inutilizar o edital" ou qualquer coisa. Não, acredito que
 428 não é essa a linha. A linha, na verdade, é a gente qualificar o serviço. Pensando na nossa
 429 qualificação, é as instituições que não é só a Alicerce, não é só a Alicerce. Tem outras
 430 instituições que, como eu li ali antes, também não tem registro, tá? Então, essas instituições
 431 que não têm registro, elas têm que ter registro. Ponto. É essa a questão. Sabe? Eu acho que é
 432 isso que a gente tem que bater e pronto. Sabe? Eu acho que é isso. Eu queria ouvir vocês um
 433 pouquinho. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do**
 434 **CMDCA:** Aí o conselho tem que comunicar os órgãos, né, o CT e o Ministério Público. E se
 435 eles estão atendendo e não pediram o registro, aí a gente tem que comunicar os órgãos
 436 responsáveis pela fiscalização, que é o MP e o Conselho Tutelar. Como diz o ECA também.
 437 **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz –**
 438 **Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Só para trazer ali que, como o Paulinho falou,
 439 cabe ao conselho fazer a comunicação das instituições que são credenciadas, registradas, na
 440 verdade, dentro do conselho, tá? E aí, eu acho que cabe a nós, enquanto conselho, enviar um
 441 ofício para a SMED, propriamente dita, colocando a instituição A, B, C, D, que não tem
 442 registro, e que o que essa instituição tem que fazer para organizar a sua vida dentro de Porto
 443 Alegre, porque é a nossa competência sobre isso. Isso, novamente, não é travar o edital, não é
 444 impossibilitar o edital, não é nada disso. A gente só quer que essas instituições tenham
 445 registro e de que seja solicitado os registros para as outras instituições. Só isso. Tá? E aí, eu
 446 acho que sim, cabe a gente poder informar no mesmo ofício, da mesma forma, os outros
 447 órgãos que a gente tem que informar. João, depois o Frei. **João Batista Machado da Rocha,**
 448 **Fundação O Pão dos Pobres:** Não, é bem isso, Carol, acho que o que tu traz é bem

449 pertinente. E eu acho que têm alguns detalhes que é importante a gente levar em consideração.
450 Algumas instituições, elas pedem registro para captar recurso, muitas querem, claro, a
451 dimensão de estar registrada no CMDCA. Mas também tem a dimensão depois da inscrição de
452 programa, projeto, serviço e também a fiscalização. Acho que como o Mincarone trouxe em
453 algum momento, quando se faz o registro, e a gente tem que seguir o que está escrito no
454 estatuto, né, não é aguardar a instituição executar para depois dar o registro, mas dar o
455 registro, depois ela vai precisar de um tempo para a inscrição e depois de um ano, se não me
456 engano, de registro para poder captar. E claro, acho que em algum momento cabe, eu sei que
457 talvez a gente não tenha perna para tudo isso, mas fazer as fiscalizações daquelas, nem que
458 seja por amostragem, daquelas onde a gente, aparentemente, tem alguma situação. Mas nós
459 não temos como barrar o registro das organizações que pedem. **Frei Luciano Elias Bruxel,**
460 **Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** Boa tarde, paz e bem. Não, primeiro eu
461 concordo com o que o João falou. Só especificamente, eu lembro que, muitos anos atrás,
462 quando a gente estava discutindo, teríamos que dar uma olhada na orientação do Conanda.
463 Havia na época a não obrigatoriedade das instituições de educação ter registro no conselho.
464 Porto Alegre, eu já falei isso numa plenária, eu lembro quando nós discutimos no Fórum,
465 ainda com a ID, e nós entendíamos que toda a luta da criança em Porto Alegre começou com a
466 educação infantil, depois expandindo para os serviços, de que tivesse como um fortalecimento
467 da política o registro no conselho. E tanto que no conselho, se a gente for olhar, ao longo da
468 história desses 35 anos, a pauta da educação, ela sempre foi muito presente. O que na, lembro
469 na época que era obrigatoriedade, as instituições de educação ter registro no conselho de
470 educação. Mas, concluindo, eu gostaria de dizer que eu acho importante a gente incentivar, e
471 na relação, nós aqui somos um conselho paritário, e o fortalecimento dos conselhos como
472 instâncias de promoção da política, de controle social, de que todas as organizações que
473 trabalham com criança, independente da área, se é cultura, esporte, educação, tivessem o
474 registro sempre no conselho, porque é uma forma de fortalecer e trabalharmos mais em rede.
475 Essa consciência, acho que é importante nós aqui que temos os conselheiros representantes
476 das respectivas secretarias do governo aqui dentro, justamente pela relevância. A educação
477 tem assento dentro do conselho, a cultura, não sei se hoje tem da Secretaria de Cultura
478 alguém, mas a juventude, eu sei que tem, antigamente era Secretaria de Juventude, nem sei
479 quais todas as secretarias nós temos hoje, mas deveria ter de todas as áreas específicas que
480 trabalham com criança um assento no conselho, da parte do governo. Então, essa é a minha

481 fala. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz –**
 482 **Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Tá, quem mais? Então, gente, podemos
 483 encaminhar desta forma, então, como eu trouxe? Só para eu poder saber também que daqui a
 484 pouquinho ela vai me ligar, aí para a gente fazer a entrevista, e aí eu tenho que saber qual é a
 485 linha em que a gente vai estar trabalhando. **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural**
 486 **São Francisco de Assis – CPCA:** Eu queria entender qual é a entrevista e com quem tu vai
 487 ter, Carol? **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da**
 488 **Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Vou fazer uma entrevista com a Zero
 489 Hora daqui a pouquinho, sobre a questão, ela quer saber sobre a instituição Alicerce. Se a
 490 gente vai enviar para o Tribunal de Contas ou se a gente vai enviar para o Tribunal de Contas,
 491 Ministério Público e o que a gente vai fazer. E aí, só o que eu penso, é que, na verdade, a
 492 gente tem que enviar para a SMED e aí depois eu aloco para os demais órgãos, como nossa
 493 competência também de instituições com registro ou sem registro, mas, ah, penso de que a
 494 gente apontar para a SMED que essas instituições não têm registro e que é necessário, de
 495 acordo com a lei, artigo 91 do ECA, essas instituições têm que ter registro para trabalhar com
 496 crianças e adolescentes em Porto Alegre ou, na verdade, no Brasil, né, porque a lei é federal.
 497 Tá? É isso que eu penso, Frei. Aí eu queria compartilhar com vocês se é esse o caminho que a
 498 gente vai tomar. **Sônia. Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda**
 499 **– SMF:** Então, boa tarde. Olha só, eu penso também, Carol, acho que é assim, a gente sabe
 500 dos deveres e obrigações, enfim. Ah, neste momento, eu sugiro, concordo contigo, acho que
 501 se a pergunta for especificamente assim, "Ah, tu vai mandar para o Tribunal de Contas ou
 502 não?", porque às vezes eles são muito tendenciosos e eles querem vir por outra linha do
 503 conselho. Eu concordo contigo, acho que a gente tem que dizer assim: "Olha, neste momento,
 504 o conselho vai tomar, vai oficialar, vai tomar pé da situação, do que está acontecendo, dos
 505 questionamentos internos". E depois a gente vê, sabe assim, depois vai ser feito. Eu concordo,
 506 acho que primeiro tem que ser oficiado à secretaria. É necessário sim ou não esse registro, o
 507 que eu entendo que sim, até porque quando tu lê ali do Conanda, é claro quando ele diz, né, as
 508 resoluções do Conanda são importantes para aplicação e interpretação do Estatuto da Criança
 509 e do Adolescente. E se lá no estatuto diz que tem que ter o registro, então ela tem que estar
 510 registrada, e é sabido, acho que essa empresa não tem, penso, pelo menos foi o que a gente
 511 vem levantando. Então, eu acho que primeiro se oficia à secretaria, depois da resposta do que
 512 vir, daí a gente vai tomar ou não, daí esse conselho é soberano para saber que linha vai. Acho

513 que eu concordo contigo nesse momento. Primeiro oficiamos, depois a gente toma. **Neiva**
 514 **Chaves, Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS:** Era exatamente isso que eu ia
 515 falar o que a Sônia trouxe, que me parece um tanto quanto tendencioso. Só tem que tomar
 516 cuidado nesse sentido, porque eles já vêm com duas perguntas: "Vão oficializar o MP? Quais são
 517 as duas prerrogativas que vão ser feitas?". Então, concordo exatamente isso que eu ia dizer
 518 que a Sônia trouxe, de o conselho poder oficializar a SMED e a própria, a própria empresa, essa
 519 entidade, não sei como é que ela se atribui, e daí para frente começar essa conversa, porque
 520 me parece que está bem tendenciosa a matéria, porque eles estão fazendo uma matéria a partir
 521 de uma denúncia para poder perguntar isso, seria a partir de uma denúncia, né? Então, essa é a
 522 minha opinião. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro**
 523 **da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Eu também coloquei aqui que hoje nós temos
 524 também, que é importante lembrar, que hoje a gente tem 18 instituições que já atendem a
 525 educação integral. Eu acho que é importante a gente dar, que tem possibilidade de ampliar,
 526 que tem possibilidade de participar deste projeto e demais projetos. Aí a gente dá uma
 527 floreada também nessa questão. Então acho que é isso, gente, só pra gente poder alinhar a fala
 528 do conselho como um todo, tá? Só para a gente poder fechar, eu queria passar, eu não sei se é
 529 a Rose que vai apresentar sobre a ACOMPAR? **Luiz Alberto Mincarone, Associação**
 530 **Beneficente Amurt-Amurtel:** Carol? Lembrei só de um minutinho também, que eu não
 531 estava achando a mão aqui para levantar, então eu chamei. Eu acho que, como se falou, a
 532 Sônia também falou, que a gente está procurando, pesquisando mais ou pedindo mais
 533 informações para a Smed. Ok. Mas eu acho que o que já tem que dizer, primeiro, que o ECA
 534 obriga a instituição se cadastrar previamente. Isso acho que é importante. Tem outra coisa que
 535 é um pouco mais delicada, mas eu não sei se vale a pena colocar. É assim, até, não sei, até eu
 536 acho que a semana passada, com certeza, não estava no portal o plano de trabalho. Na reunião
 537 que a gente teve lá, eles disseram: "Ah, nós botamos no Dopa", mas o Dopa não é o plano de
 538 trabalho. O Dopa vai um resumo, o extrato. Então, nós pedimos até que eles nos mandassem
 539 ou oficializassem, ou pelo menos colocassem no portal e nos avisassem. Então já está
 540 assinado há não sei quanto tempo esse termo de fomento e o plano de trabalho, que é o que
 541 vai dizer o que vai ser executado, não é de conhecimento ainda da sociedade. E também, acho
 542 que a gente poderia dizer que um tema dessa complexidade precisaria ser mais discutido com
 543 a sociedade. Quer dizer, ninguém sabia e continua não sabendo como é que é o plano de
 544 trabalho que vai ser feito. Tem só um esboço ali que não quer dizer nada, uma síntese, né?

545 Agora, tem que ter cuidado, mas a primeira coisa a falar, eu acho isso sim, que o ECA obriga
 546 e não tem, e essa entidade não tem registro. Agora, quanto a esse outro ponto, tu pode dizer
 547 indiretamente, dizer: “Nós estamos aguardando a publicação no portal do plano de trabalho
 548 para analisar”. Para bom entendedor, sabe que então não foi nada divulgado até agora do
 549 plano de trabalho, né? **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do**
 550 **Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** É, bem colocado, né,
 551 Mincarone? Porque a gente também tem que conhecer, enquanto Porto Alegre, o que está
 552 sendo trabalhado, qual é a proposta, né? Aí, só para colocar ali, o Fórum, ele encaminhou um
 553 ofício para solicitar uma reunião com o Secretário, tá? E hoje de manhã eu reencaminhei o
 554 ofício para a secretaria e para o secretário. E aí, a Luciane que me deu o retorno, ela disse
 555 assim: “Nós estaremos agendando”, né? Então, amanhã eu questiono ela novamente pra gente
 556 poder ver essa agenda, porque eu acho que é muito importante, eu acho que é muito
 557 importante a gente pegar e ter uma reunião com o Secretário Leonardo. Eu não falo nem só
 558 quanto CMDCA, mas eu falo também enquanto instituições que atendem hoje a Educação
 559 Integral, né? Para que não fique uma sombra de dúvida, vamos dizer assim, de que as
 560 instituições não querem o serviço em Porto Alegre. Pelo contrário, a gente quer o serviço em
 561 Porto Alegre, todos os serviços em Porto Alegre, né? Mas que seja bem constituído, que seja
 562 bem trabalhado, que seja bem divulgado e que seja de amplo para todo mundo. Então, eu acho
 563 que essa é a maior questão. Quem é que vai trazer sobre a ACOMPAR? A Rose? **Rose**
 564 **Ceroni Canabarro, Associação de Apoio ao Fórum Municipal da Criança e do**
 565 **Adolescente de Porto Alegre – ASAFOM:** Pode ser. Então, o processo da ACOMPAR, ele
 566 inicia com o número que eu vou dizer: SEI 20.0.000087871-6. Esse processo, ele chegou aqui
 567 na Comissão de Políticas, conforme a transição, que ele não era da 150. Ele fez a escrita sem
 568 ser da 150 e a gente, a IOF mandou pedindo que eles, então, escrevessem conforme a 150, se
 569 adaptar dentro da 150, tá? E aí, esse SEI gerou um outro número: 23.0.0000969955-1, que é
 570 correlacionado ao processo que eles já estão recebendo. Então, a orientação nossa não alterou
 571 valores, era só arrumar o quadro de resumo das ações. A OSC foi recebida aqui pela
 572 comissão, ajustou o projeto. Agora a gente conversou com a secretaria, de manhã a gente
 573 conversou com a Larissa, e ela disse: “Não, tem que passar pela plenária só para dar o ok que
 574 eles adequaram o projeto conforme nós solicitamos”. Então, a gente precisaria da aprovação
 575 até para eles continuarem recebendo o recurso. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de**
 576 **Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do**

577 **CMDCA:** Ok, então. Entenderam, pessoal? Vamos colocar em votação? Em votação, quem é
 578 favorável à troca, na verdade, da metodologia, o projeto da instituição, favor levantar a mão.
 579 Ok, podem baixar. Alguém contra? Alguma abstenção? Não? **APROVADO POR**
 580 **UNANIMIDADE.** Mais alguma coisa? Então, era isso, pessoal. Ah, mais uma coisa, sobre a
 581 Comissão de Registros ainda, o processo de monitoramento, conseguimos avançar? **Francyne**
 582 **da Rosa, CEMME:** Não, nem pegamos ainda o monitoramento. Estamos finalizando ali o
 583 recadastramento. Entre hoje e semana que vem, das OSCs que ainda faltam algum documento
 584 que a gente fez despacho, a gente conclui o recadastramento, mas ainda não iniciamos
 585 monitoramento. E nem as novas instituições ali de primeiro registro ou reativação que já estão
 586 pendentes, né? **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro**
 587 **da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Eu acho que na semana que vem a
 588 gente podia organizar para que as outras comissões pudessem estar auxiliando nessa de
 589 monitoramento, né? Porque senão vai juntar mais ainda e a gente vai ficar com muito
 590 processo ali. Eu fui dar uma olhada na caixa, tem bastante SEI, né? E a maioria ainda é de
 591 monitoramento, né? Mas ok. Mais alguma coisa, pessoal? **Frei Luciano Elias Bruxel,**
 592 **Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** Eu queria colocar, vocês
 593 acompanharam nos últimos dias, talvez, toda aquela discussão que o Felca, esse influencer,
 594 colocou. E eu acho que é um tema que talvez nós, conselhos, também deveríamos
 595 problematizar um pouco, começando com a nossa, com o Fórum, com a rede de atendimento,
 596 porque também em muitos espaços nossos pedagógicos, a gente não discute isso, a
 597 hipersexualização das crianças precocemente, de como lidar, de a gente fazer essa discussão,
 598 que hoje está tomando conta das redes. Também nós, enquanto conselho, estimular uma
 599 discussão nas organizações que trabalham com crianças. Eu já, nesses anos todos, já
 600 presenciei uma situação uma vez lá na Zona Norte, num momento que era de combate, por
 601 exemplo, à exploração sexual, uma instituição da nossa rede, aí fez uma apresentação que
 602 causou perplexidade, inclusive, para todos os que estavam lá. E nós nunca abordamos essas
 603 temáticas, há um certo, parece que pudor, um medo, mas eu acho que a gente tem que
 604 enfrentar e também discutir. Eu não sei como é que vocês pensam, mas eu, acompanhando só
 605 as repercussões que deu, até inclusive no, lá na Câmara dos Deputados, vai instalar uma
 606 comissão para discutir isso. E é um problema que hoje, eu tenho participado num debate
 607 muito intenso com a Justiça Restaurativa na Justiça Federal, de casos de pedofilia e
 608 compartilhamento de imagens de crianças e adolescentes. E a juíza nos alertou que está

vertiginosamente crescendo e a gente deveria, talvez, ter uma formação que começasse com os educadores sociais já e também com as famílias nas reuniões, de colocar. Nós temos a LGPD, mas junto discutir esse tema que diz respeito à convivência humana, que é a questão da afetividade, sexualidade, a transformação em objetos, o adoecimento hoje de muitos meninos e meninas na saúde mental tem a ver também com isso, com uma superexposição e uma supercomparação com imagens de corpos e, enfim, uma indústria que é pesada, né, do consumo e transforma sempre mais as já as crianças e adolescentes em pequenos adultos e rouba a infância, né? Então, nós que somos o conselho, talvez, que teria a responsabilidade maior, nós estamos numa capital, de talvez, proponho, né, que, não sei o que vocês pensam, de puxar, quem sabe, propor nesses 35 anos, mais adiante, até o final do ano, um seminário que pudesse ser um dia num espaço, trazendo alguns especialistas pra gente discutir, e puxado pelo conselho, chamando aí, então, a rede. Sugestão.

A05:

****Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:**** Bem bom, Frei. Acho que a gente podia articular algo e, principalmente, caberia até alguma nota do conselho, alguma coisa nessa linha também para que a gente reforçasse. Agora os 35 anos do ECA e toda essa questão de movimentação, de questões de internet. Eu vi uma fala hoje de manhã em que fiquei séria. Eram as orientações que se tinha para as famílias poderem diminuir, talvez, a questão de acesso à internet, acesso a supervisionar o seu filho. Parecem coisas tão lógicas, mas às vezes não é tão lógico, e a gente acha que o filho da gente está dentro de casa e está tranquilo. É pelo contrário. Hoje também tem as situações em que invadem a casa da gente e a gente tem que ter um outro olhar ainda maior. Quer falar, Frei?

****Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:**** Tanto que foi abordado no nosso seminário, que poucos participaram, lá na PUC. O delegado foi muito feliz ao abordar o tema e disse como hoje, em todas as classes sociais, este problema é um problema muito mais complexo e sério, e nós não temos nunca nos nossos debates. Nos processos formativos aqui da instituição eu trabalho, mas na rede como um todo, eu nunca vi esse assunto ser trabalhado de uma forma mais intensa e qualificada. Por isso que eu o trouxe hoje. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Frei, a gente poderia organizar um seminário

641 ou uma formação agora para os próximos meses, até com o próprio delegado da DECA. Valeu
642 muito aquela fala dele e com certeza levantou várias questões. Mais alguma coisa, pessoal?
643 Quero agradecer, obrigada. Até a próxima quarta, ou vamos nos falando. Beijo, tchau, tchau.
644 Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião da Plenária do Conselho Municipal dos Direitos
645 da Criança e do Adolescente, às 16h00min, da qual foi lavrada a presente ata por mim, Patrícia Costa, sob
646 o Registro nº 225257/2003 – FEPLAM, prevalecendo o princípio da presunção de veracidade.